

Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
Comissão de Mestrados Profissionais
Rio de Janeiro, 05 de Novembro de 2008
Relato das discussões e encaminhamentos.

A reunião teve por objetivo a discussão dos critérios de avaliação CAPES para os mestrados profissionais (MP) em Saúde Coletiva. Contou com a presença dos representantes da área na CAPES – Rita Barradas Barata e Ricardo Ventura Santos, do Secretário Executivo da ABRASCO – Álvaro Matida, e de coordenadores e/ou vice-coordenadores de MP das seguintes instituições: Universidade Federal de Pelotas/RS; Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa/SP; Escola Nacional de Saúde Pública-Fiocruz/RJ; Instituto Fernandes Figueira-Fiocruz/RJ; Instituto de Medicina Social-UERJ/RJ; Universidade Estácio de Sá-UNESA/RJ; Instituto de Saúde Coletiva-UFBA; Faculdade de Ciências Médicas-UPE.

Na abertura dos trabalhos, Álvaro Matida lembrou que estamos comemorando 30 anos de Alma-Ata e, em 16/12 completaremos 10 anos da portaria CAPES que criou os MP. Rita Barata esclareceu que a proposição do MP já estava no documento de Anísio Teixeira que criou a CAPES; a portaria de 16/12 regulamentou a proposta.

Em sua fala sobre os avanços na avaliação dos MP, Rita Barata informou que a posição da CAPES tem sido oscilante em relação a estes programas. As representações das áreas de humanidades oferecem maior resistência à proposta de MP. A atual direção é francamente favorável ao MP porém no CTC as posições são variadas refletindo até certo ponto a diversidade de posição entre as Universidades. A saúde é a área de conhecimento que mais tem MP, principalmente odontologia e saúde coletiva. Aproximadamente 10% dos programas em saúde coletiva são de MP. Inicialmente, apenas programas com mestrados e doutorados acadêmicos de nota 5 poderiam ter MP. As experiências da Santa Casa/SP e da Estácio/RJ, cujos MP não emergiram de programas acadêmicos consolidados, ainda encontram resistências entre alguns membros do CTC.

Além da pós-graduação, a CAPES está com a tarefa de qualificar o ensino em geral no país, para melhorar a educação básica e de nível médio. São contraditórias a excelência da pós e o baixo nível do ensino em geral no país. Diante de tantas atribuições, os MP tendem a ter um espaço marginal no conjunto de preocupações da CAPES.

Em 2007, uma comissão do fórum de pós em saúde coletiva elaborou uma proposta inicial de ficha para avaliação dos MP. Mais recentemente, a diretoria de avaliação da CAPES montou uma comissão interna para elaborar a ficha. A enquête sobre o MP encaminhada pela CAPES em agosto/2008 aos coordenadores serviu de subsídio para a formulação da proposta, apresentada para discussão há cerca de 15 dias. Ainda não sabemos os resultados desta discussão.

A ficha proposta é parecida com a dos mestrados acadêmicos e compatível ao aplicativo de informática que existe na CAPES; mudam apenas alguns itens de alguns quesitos. Faltam ser desenvolvidos indicadores para o acompanhamento de alguns itens, como impacto de trabalhos de conclusão e produção de egressos. Os quesitos 3, 4 e 5 representam 80% da avaliação. O quesito 1 é pré-requisito para o funcionamento do curso e não tem nota. O quesito 2 corresponde a 20% da avaliação. Os 5 quesitos e os itens considerados essenciais serão mantidos, o que podemos propor é a inclusão ou alteração de alguns itens.

Esta ficha deverá ser utilizada já na avaliação de 2007. Entretanto, a área interna ainda não conseguiu processar o coleta de 2007 e não se sabe ainda quando terá início a avaliação relativa a este ano. Para 2007 e 2008 os programas serão avaliados em relação a eles mesmos, e não um em relação a outro. Renato Janine pediu exoneração do cargo de diretor de avaliação e ainda não houve a indicação de um substituto.

Sobre a proposta de definição de bolsas para MP em Saúde Coletiva, Rita esclareceu que não vê esta possibilidade. Os MP desta área são financiados por instituições de saúde, principalmente secretarias e ministério. Estes cursos foram criados para impulsionar o processo de inovação no país, com o princípio de formar profissionais inseridos no mercado. O produto do MP deve ter aplicabilidade. O financiamento por instituições contratantes é parte da filosofia do MP.

O documento do fórum de Vitória sobre os periódicos não foi discutido na CAPES. A diretoria encaminhou para ciência de todos os membros do CTC, mas não colocou em discussão. Rita mencionou propostas de avaliação diferenciada por área de concentração, ou pelo menos com critérios diferentes para revistas da área em relação às não específicas da área. No formato atual, a epidemiologia continua sendo fortemente beneficiada. Esta discussão deverá ser retomada no fórum de Florianópolis.

Ricardo Ventura propôs um novo projeto editorial sobre o processo de implementação dos MP em Saúde Coletiva, a ser publicado pela Editora Fiocruz, dando continuidade à edição de 2006. Rita considera que o novo projeto pode ter por base temas específicos dos MP, como financiamento, produtos finais e aplicabilidade, egressos, avaliação, integração com os serviços etc. Marilene Nascimento, da Estácio/RJ, ficou com a responsabilidade de dar encaminhamento a esta proposta.

A comunicação entre os programas profissionais será mantida através do site do fórum de pós em saúde coletiva, porque outros programas têm interesse nesta discussão.

O debate sobre os quesitos e respectivos itens da ficha de avaliação proposta pela CAPES (anexa) seguiu a seguinte ordem: quesitos 4, 1, 3, 5 e 2. Os encaminhamentos propostos foram:

Quesito 4: Produção Intelectual e Profissional Destacada

- Difícilmente os MP terão produção em revistas internacionais, já que têm um foco loco-regional: os MP devem ter um critério de pontuação diferenciado em relação aos acadêmicos.
- Até o momento só a produção dos permanentes conta na avaliação, o que deverá ser mantido. O permanente tem vínculo, dedica pelo menos 30h ao programa, orienta, ensina e faz pesquisa. Pelo menos 60% do corpo docente devem ser permanentes.
- Produção técnica: que produtos? Apenas publicações impressas ou virtuais deverão ser consideradas. Indicação de construção de periódicos loco/regionais para publicação da produção técnica.
- Apresentação em congresso conta como divulgação técnica?
- A produção didática será considerada no quesito de inserção social.
- Para operacionalização do item 4, considerar proporção de 20%, com tendência crescente nos próximos triênios.
- Nos itens 1 e 2, considerar produção técnica per capita e distribuição no corpo docente.
- Na discussão sobre os pesos de cada item (1, 2 e 4 – o 3 não se aplica à área), foram indicados 3 cenários possíveis: 35/35/30, 40/40/20 ou 50/30/20, com definição prevista para o próximo encontro da comissão, quando tivermos mais dados disponíveis.

Quesito 1: Proposta do curso (sem atribuição de peso)

-atributos: muito bom, bom, regular, fraco, insuficiente.

Recomendação para o preenchimento deste quesito: definição clara de clientela, objetivos, fontes de recursos, objetivos de formação do programa, participação da entidade contratante.

Quesito 3: Corpo discente e trabalhos de conclusão

-Cristina Guilan (ENSP/Fiocruz) assumiu a tarefa de propor um instrumento de acompanhamento e avaliação da atuação de egressos do MP (itens 2 e 3). Recomendou-se considerar a percepção do gestor e dos alunos.

-Paulo Henrique (UNESA/RJ), Marilene Nascimento (UNESA/RJ) e Cássio Silveira (Santa Casa/SP) assumiram a responsabilidade de identificar a diversidade da produção técnica dos MP e indicar critérios de avaliação (item 2).

-os resultados desses grupos de trabalho serão apresentados no próximo encontro da comissão de MP, prevista para abril/2009 em Florianópolis.

-Recomendou-se a valorização do Lattes como instrumento para avaliação deste quesito, o que aponta para um esforço dos programas no sentido de seu preenchimento e atualização por alunos e egressos.

-A aplicabilidade ou não do produto do MP ultrapassa o âmbito do programa (item 3). Deve ser considerado no máximo o potencial de aplicação deste produto. O resumo dos trabalhos deve informar este potencial.

-Pesos para os itens: 40 / 50 / 10, com o compromisso de implantação de instrumento de acompanhamento de egressos, o que viabilizará o aumento da pontuação do item 3 no próximo triênio.

Quesito 5 – Inserção Social

-no item 5 deste quesito, se considerou inadequada incluir a opinião do gestor na avaliação, que pode mudar e não conhecer o programa, não ter compromisso com o curso e não enviar o relatório para a CAPES.

-o item 3 é quase igual ao item 2 do quesito 1. Deve ficar restrito a apenas um quesito.

-Pesos para os itens: 35 / 20 / 20 / 20 / 5

Quesito 2 – Corpo docente

-Liberação de participação do docente permanente em 2 instituições? Sim, mas com critérios definidos: cursos em base ampliada, parcerias entre programas através de convênios, limitação de percentual de docentes nesta condição (20% no máximo).

-Pesos para os itens: 40 / 30 / 30

Peso para cada quesito:

2 = 15%

3 = 30%

4 = 40%

5 = 15%

O próximo encontro da comissão de mestrados profissionais será em Florianópolis, um dia antes do início do fórum de pós em saúde coletiva naquela cidade. A comissão solicita aos organizadores do fórum de Florianópolis a reserva de local para a realização deste encontro.

Em anexo, ficha de avaliação e proposta de qualificação da produção técnica para mestrado e doutorado acadêmicos, que poderão oferecer subsídios para o desdobramento dos debates.

Marilene Nascimento

Mestrado Profissional em Saúde da Família